



Revista Estudos Feministas

ISSN: 0104-026X

ref@cfh.ufsc.br

Universidade Federal de Santa Catarina
Brasil

Pedro, Joana Maria

Militância feminista e academia: sobrevivência e trabalho voluntário
Revista Estudos Feministas, vol. 16, núm. 1, enero-abril, 2008, pp. 87-95

Universidade Federal de Santa Catarina
Santa Catarina, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=38114359008>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

MILITÂNCIA FEMINISTA E ACADEMIA: SOBREVIVÊNCIA E TRABALHO VOLUNTÁRIO

JOANA MARIA PEDRO

Universidade Federal Santa Catarina

Resumo: A sobrevivência de uma revista acadêmica no Brasil depende de aportes de órgãos financiadores, de suporte institucional e de muito trabalho dos editores, nem sempre correspondentes ao prestígio que significa ocupar essa função. A Revista Estudos Feministas, por ser ao mesmo tempo acadêmica e militante, tem contado com a participação de amplo trabalho voluntário de várias pessoas nela envolvidas. Este artigo discute as possibilidades de sobrevivência da Revista, as dificuldades que enfrenta por ser identificada por muitos como periódico militante e o apoio em trabalho voluntário que recebe justamente por essa identificação.

Palavras-chave: militância; academia; trabalho voluntário.

A disputa entre militância e academia já foi alvo de muita discussão dentro do feminismo.¹ Apesar das evidentes ligações entre ambas, são comuns as mútuas desqualificações, que certamente não resistem a um olhar mais atento. A *Revista Estudos Feministas* – REF é um desses lugares em que se cruzam, se completam, se misturam, linhas oriundas da militância com aquelas que provêm da academia. A academia, aqui, é pensada como o lugar da pesquisa científica, universitária, formadora de novas gerações de pesquisadoras, e a militância feminista como uma atividade engajada, voluntária, tendo por alvo principal a luta pela equidade de gênero.

Já é consenso, na história do movimento de mulheres e feminista no Brasil, que, nos anos oitenta, as universidades passaram a abrigar núcleos, centros, grupos de estudos, que se denominavam “estudos de mulher”, “feministas” ou, mais tarde, “de gênero”. Esses abrigavam, em seu interior, personagens que haviam iniciado um movimento que ganhava força desde 1975, quando a ONU definiu a criação do Ano Internacional da Mulher e o início da década da mulher. Algumas dessas pessoas tinham sido exiladas por suas atividades em grupos de esquerda, armados ou não, e, no exterior, tiveram contatos com o feminismo. Além disso, no exterior fizeram estudos que as qualificavam para ingresso em universidades.

Copyright 2008 by Revista Estudos Feministas.
¹ PEDRO, 2005.

JOANA MARIA PEDRO

Evidentemente, não foi somente após o retorno do exílio que nas universidades se falou de mulher, mulheres, feminismo e gênero. O trabalho pioneiro de Heleith Saffiotti, *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*,² foi resultado de sua livre-docêncie, apresentada em 1967.

Foi, entretanto, apenas em 1980, por exemplo, que foi criado o primeiro Núcleo de Estudos Sobre a Mulher, na PUC/SP, por iniciativa de Fanny Tabak. Em 1981, surgia, na Universidade Federal do Ceará, o Núcleo de Estudos, Documentação e Informação sobre a Mulher – NEDIM. Ainda em 1973, Zahidé Machado ministrou o curso “Família e relações entre sexos” na Universidade Federal da Bahia.³ Pesquisas realizadas na década de 90 apontavam a existência de quase 150 núcleos⁴ de estudos sediados em universidades. A pesquisa de Miriam Grossi⁵ constatou, em 1997, a existência de 147 desses núcleos.

Os núcleos congregavam – e congregam ainda hoje – pesquisadoras e professoras que já desenvolviam estudos de forma isolada. Costumam ser locais de troca de experiência, intercâmbio de documentação e discussão teórica. Não possuem um modelo-padrão: em cada lugar assumiram formas as mais diversas.

Por que a universidade tornou-se o grande espaço do feminismo dos anos setenta e, mais ainda, a partir dos anos oitenta? Talvez por ser esse o lugar onde se encontrava a maior resistência ao governo militar, pareceu, para muitas, um lugar muito mais legitimado de atuação do que os postos no Estado recém-democratizado que lhes era oferecido. Mesmo assim, convém lembrar que essa entrada não foi fácil: para muitas pessoas da universidade, as mulheres que compunham esses diversos núcleos de estudos, que se formaram desde os anos oitenta, eram consideradas “apenas” feministas, portanto sem qualificações acadêmicas; para as feministas que continuavam no movimento, essas mesmas mulheres eram desqualificadas como “acadêmicas”. Ainda hoje, essa tensão permanece.

Outras tensões permearam os grupos que se envolveram com o movimento de mulheres e feministas. Nos anos oitenta, um outro impasse dividiu-os: manter a militância envolvida em atividades como manifestações, atuação direta junto às camadas populares e formação de grupos de consciência ou então participar do governo recém-saído da Ditadura. O debate da época era, então, como manter a autonomia, tão cara ao feminismo dos anos setenta,⁶ como manter ativa a militância, enfim, como levar adiante todo um trabalho de transformação cultural da sociedade se as militantes passavam a participar de cargos dentro do governo que as chamava? Aquilo que, para algumas, era o fim das atividades políticas e do feminismo, era, para outras, a possibilidade de encontrar novos espaços de interferência para a mudança da sociedade e/ou para buscar alternativas individuais de carreiras.

Esse confronto entre militância e academia ultrapassou os anos oitenta. A *Revista Estudos Feministas*, criada em 1992, foi tributária desse debate.⁷ Na primeira fase da Revista pode ser observada, também, uma preocupação com a autonomia em relação a qualquer tipo de instituição. Evidentemente, não foi consenso total essa decisão. Convém lembrar que não era somente o movimento feminista no Brasil que estava envolvido nesse debate. Os movimentos, em outros países da América Latina, também discutiam as vantagens e as desvantagens da institucionalização. No Encontro Feminista de San Bernardo, na Argentina,

² SAFFIOTTI, 1979.

³ Ana Alice COSTA e Cecília SARDENBERG, 1994.

⁴ COSTA e SARDENBERG, 1994, p. 389.

⁵ GROSSI, 2004.

⁶ Sonia MIGUEL, 1988.

⁷ PEDRO, 2006, p. 53-63.

em 1990, as organizadoras do evento chegaram a rejeitar a ajuda governamental que receberam.⁸

Foi em meio a esse debate que a *Revista Estudos Feministas* foi criada, em 1992, e, embora sediada inicialmente no Centro Interdisciplinar de Estudos Contemporâneos da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, o apoio da Fundação Ford era que lhe garantia a autonomia em relação à instituição universitária. A intenção, de acordo com Lena Lavinas, era não ser “diretamente institucional”. E mais: dentre outras inovações, pretendia-se “uma rotatividade da editoria da revista a cada dois ou três anos, de modo a contemplar, da forma mais democrática e ampla possível, a pluralidade das orientações acadêmicas que fazem a riqueza do campo e criam novos nexos disciplinares”.⁹ Essa rotatividade da Revista estava ligada à sua ambição de “se afastar de qualquer conotação institucional”.¹⁰ Ao mesmo tempo, porém, havia, sim, uma preocupação em dar para a Revista um suporte acadêmico. O número zero, datado de 1992, foi lançado durante a reunião anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), além disso, Lena Lavinas, que assina o primeiro editorial,¹¹ dizia que a Revista tinha como pressuposto a indissociabilidade entre “prática acadêmica e prática política”, apesar de ter “autonomia e dinâmica próprias”.¹² Assim, a proposta pretendia unir militância e rigor acadêmico.

Funcionando, portanto, em regime de rodízio institucional, a segunda sede da Revista, onde permaneceu durante o ano de 1995 até meados de 1996, foi o Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e o Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ. Entre o segundo semestre de 1996 e 1999, a Revista foi acolhida apenas pelo Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ.

Em relação a recursos, a partir de 1994 a Revista passou a contar com o apoio do programa FINEP, do CNPq e da Fundação Universitária José Bonifácio. Assim, a prática do rodízio de instituições que acolhiam a Revista, se por um lado garantia a autonomia em relação às instituições acadêmicas que a abrigavam, por outro lado reforçava a necessidade de buscar a sobrevivência recorrendo a órgãos financiadores, oriundos do campo acadêmico.

Essa sobrevivência ficou seriamente ameaçada em 1999, e foi nessa ocasião que ocorreu mais um rodízio institucional: a edição da Revista foi então deslocada para Florianópolis. Desde 1998, os editoriais da *Revista Estudos Feministas*, assinados por Leila Linhares Barsted, estavam alertando para as dificuldades financeiras da Revista. Os recursos que tinham obtido de diversos órgãos financiadores não estavam cobrindo a conta da folha de pagamentos de funcionários que a Revista tinha assumido. Além disso, o número de assinaturas não era suficiente para garantir autonomia. Assim, a ida da Revista para Florianópolis representou, também, o reconhecimento de que a vinculação institucional e o suporte que essa poderia representar eram uma possibilidade de sobrevivência.

Em Santa Catarina, foi Miriam Pillar Grossi¹³ – já conhecida por suas pesquisas no campo do gênero e do feminismo – quem recebeu a proposta para dar continuidade ao projeto da Revista. Naquele momento eu – Joana Maria Pedro – era diretora do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina e juntamente

⁸ Nancy S. STERBBACH et al., 1994, p. 287.

⁹ LAVINAS, 1992, p. 4.

¹⁰ Albertina de Oliveira COSTA, 2004, p. 209.

¹¹ LAVINAS, 1992, p. 3.

¹² LAVINAS, 1992, p. 3.

¹³ GROSSI, 2004, p. 215.

JOANA MARIA PEDRO

com uma equipe de pessoas desse centro e do Centro de Comunicação e Expressão estávamos fazendo, a cada dois anos, desde 1994, um encontro internacional e interdisciplinar chamado “Fazendo Gênero”, no qual reuníamos pesquisadoras e pesquisadores envolvidos com as questões do feminismo e do gênero. Foi, certamente, o envolvimento nessas atividades que tornou as pesquisadoras da UFSC qualificadas para receber esse tipo de proposta.

A transferência para Florianópolis não foi uma decisão apressada. Miriam Pillar Grossi e Cláudia de Lima Costa – as primeiras editoras¹⁴ – e toda a equipe realizaram inúmeras reuniões com as editoras do Rio e com as representantes da universidade, em Florianópolis. Em relação ao que ocorria no Rio de Janeiro, podemos afirmar que a Revista deixou de ter a “autonomia” desejada, pois se tornou “diretamente institucional”, o que não estava no projeto inicial de 1992. A Revista tornou-se, assim, uma atividade acadêmica da UFSC, envolvendo, então, dois centros de ensino, o CFH e o CCE; por outro lado, ganhou em infra-estrutura institucional. Desta maneira, foi publicado o volume 7, que juntava os números 1 e 2 de 1999.

Uma outra mudança foi a da periodicidade. A partir de 2004, passamos a publicar três números por ano, buscando atender às exigências de um dos nossos indexadores: a SciELO. Esse indexador passou a exigir que as revistas do campo das Ciências Humanas publicassem, inicialmente, três e, depois, quatro números por ano. Após convocar as demais revistas e entrar em contato com os representantes da SciELO, mostrando a dificuldade que essa exigência representaria, nossa editora à época, Luzinete Simões Minella, juntamente com outros/as editores/as das demais revistas conseguiram que a SciELO voltasse atrás em sua exigência. Mesmo assim, a *Revista Estudos Feministas* estruturou-se para publicar três números anuais, não somente para atender às exigências mas também porque o número de artigos, dossiês e seções temáticas de qualidade estava exigindo a sua ampliação.

Seja no Rio de Janeiro, seja em Santa Catarina, jamais a *Revista Estudos Feministas* conseguiu sobreviver com os recursos provenientes das assinaturas, mesmo que inúmeras campanhas e promoções tenham sido feitas. Em Santa Catarina, conseguimos ampliar significativamente o número delas – recebemos do Rio de Janeiro o registro de apenas três assinaturas que se encontravam em dia. Possuímos, atualmente, 150 assinaturas; mesmo assim, essas não cobrem os custos. Recursos públicos e de outros órgãos financiadores continuam sendo imprescindíveis. Convém salientar que todo trabalho de editoria é voluntário. O que pagamos, na forma de prestação de serviços, é muito pouco comparado com o montante de trabalho gratuito que realmente produz a Revista.

De qualquer maneira “temos que reconhecer”, é a institucionalização da Revista na Universidade Federal de Santa Catarina que tem permitido uma estrutura mínima. Essa juntamente com os apoios financeiros recebidos e as assinaturas permitem a sobrevivência até o momento. Na UFSC, a *REFtem* contado, desde 1999, com alguma infra-estrutura, que, se não é a mais ampla, tem um mínimo de condições que lhe garantem a existência. Uma sala, no terceiro piso do CFH, com ar-condicionado e telefone – sendo garantidos a luz e o telefone pela instituição.

Além disso, o CFH disponibilizou uma secretária, a Carmem Ramos, que tem acompanhado a Revista desde que chegou à UFSC. A presença dela é muito importante, na medida em que garante a memória viva do que tem acontecido. As coordenadoras já se revezaram várias vezes, as bolsistas também; entretanto, a secretária Carmem, felizmente, permaneceu.

¹⁴ Miriam Grossi e Cláudia de Lima Costa foram editoras da Revista entre 1999 e 2001.

MILITÂNCIA FEMINISTA E ACADEMIA: SOBREVIVÊNCIA E TRABALHO VOLUNTÁRIO

Nesse período de permanência na UFSC, a *REF* já ocupou um lugar bem menor no espaço físico do CFH. Sua sede era no térreo, uma sala minúscula, que costumávamos chamar de “gaveta”. Hoje, embora não estejamos, ainda, com o espaço que almejamos, já ampliamos significativamente o lugar, garantindo inclusive espaço para o almoxarifado.

Outra questão que tem feito parte da infra-estrutura é a garantia, depois de 2005, da postagem da Revista, um custo significativo que inicialmente ficava a cargo do CFH e que no momento tem sido dividido também com o CCE.

Nesse período, temos conseguido junto a alguns órgãos financiadores algumas ajudas diretas e indiretas. Estou chamando de ajudas diretas aquelas que são destinadas diretamente à publicação da Revista, e indiretas aquelas que foram destinadas a algum evento que previu a publicação de alguma parte da Revista no seu orçamento.

Foram ajudas indiretas:

Ano	Valor	Origem
2002	R\$ 280.842,32	Fundação Ford – destinado ao Portal Feminista e à constituição da Rede de Publicações Feministas
2003	R\$ 24.595,00	Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres – destinado ao Encontro de Publicações Feministas
2005	R\$ 23.080,00	Institute of International Education (IIE) – conseguido através da Fundação Ford para a circulação da Revista em eventos nacionais
2007	R\$ 17.000,00	FAPESC – para os 15 anos da <i>REF</i>

Foram ajudas diretas:

Ano	Valor	Origem
1999	R\$ 12.050,00	CNPq
2000	R\$ 15.000,00	CNPq
2001	R\$ 24.000,00	CNPq
2002	R\$ 17.000,00	CNPq
2003	R\$ 21.600,00	CNPq
2004	R\$ 37.000,00	CNPq
2005	R\$ 23.000,00	CNPq
2005	R\$ 30.000,00	SEPM
2006	R\$ 15.000,00	CNPq
2006	R\$ 15.000,00	CAPES
2006	R\$ 10.000,00	CEPESC
2007	R\$ 20.000,00	CAPES/CNPq

JOANA MARIA PEDRO

Esses recursos diretos formam por ano o seguinte montante:

ANO	CNPq	SEPM	CAPES	CEPESC	TOTAL
1999	12.050,00				12.050,00
2000	15.000,00				15.000,00
2001	24.000,00				24.000,00
2002	17.000,00				17.000,00
2003	21.600,00				21.600,00
2004	37.000,00				37.000,00
2005	23.000,00	30.000,00			53.000,00
2006	15.000,00		15.000,00	10.000,00	40.000,00
2007	10.000,00		10.000,00		20.000,00
				Total	239.650,00

Esses recursos são gastos com os seguintes itens: a) editoração; b) fotolito e capa; c) *laser film*; d) execução da capa; e) revisão técnica; f) gráfica; g) transcrição de entrevistas; h) traduções; i) *tonner* de tinta; j) bolsistas; l) manutenção da *Revista Estudos Feministas* no site do Portal Feminista e digitalização de revistas como *Pagu*, *Gênero* e *Espaço Feminino* para serem disponibilizadas nesse mesmo site; e m) diagramação.

De todos esses custos, o maior é o da gráfica, em torno de R\$ 8.000,00, seguido pelo da editoração, da diagramação e da colocação dos dados das revistas no Portal Feminista, bem como da manutenção desse portal. Desta maneira, o custo médio de uma revista, impressa e em formato on-line, soma R\$ 18.000,00, dando um total de R\$ 54.000,00 por ano. Nesse custo, não estamos levando em conta todo o trabalho voluntário das editoras e a contrapartida da Universidade Federal de Santa Catarina, que, como já informei, arca com grande quantidade de aportes. É bom lembrar que essa contrapartida da universidade, assim como os recursos oriundos de órgãos financiadores como o CNPq e a Capes, tem relação direta com o fato de a *Revista Estudos Feministas* ser reconhecida como uma revista com qualidade acadêmica.

Apenas uma pequena parcela das despesas tem sido coberta pela venda da Revista e pelas assinaturas, que, no momento, somam apenas 150. No quadro abaixo, é possível acompanhar o montante de assinaturas que acumulamos em cada ano.

Assinaturas

1996 - 155
1997 - 125
1998 - 81
1999 - 85
2000 - 284
2001 - 322
2002 - 416
2003 - 368
2004 - 277
2005 - 286
2006 - 320
2007 - 150

Convém destacar que, em 2002 e em 2005, tivemos aportes importantes de recursos que nos ajudaram a ampliar as assinaturas. A Fundação Ford e o Institute of International Education (IIE), respectivamente, proporcionaram recursos que permitiram que as editoras estivessem presentes em diversos eventos acadêmicos e de militância feminista. Nesses eventos, foi possível conseguir vários assinantes da Revista. No momento, continuamos empenhadas nessa tarefa, porém sem ajuda. A presença da Revista nos eventos depende das possibilidades das editoras que viajam para encontros, seminários, colóquios, com recursos próprios ou institucionais. Neste momento, é o evento Fazendo Gênero que proporciona a melhor possibilidade de captar novas assinantes e de renovar as já existentes. Assim, é a cada 2 anos que essas se ampliam.

Gostaria de destacar, mais uma vez, o trabalho voluntário que é desenvolvido na *Revista Estudos Feministas*. Para se ter uma idéia, a coordenação geral da Revista chega a dedicar 15 horas semanais para esse trabalho. É bom lembrar que, para a administração universitária federal, essas horas de trabalho não dispensam ninguém da exigência do número mínimo de aulas, de desenvolver projetos de pesquisa, de orientar trabalhos de conclusão de curso, iniciação científica, dissertação de mestrado, teses de doutorado. Enfim, embora possa constar como trabalho de extensão, essa tarefa precisa ser feita juntamente com todas as demais obrigações.

Estou, abaixo, relacionando alguns dos trabalhos voluntários que são desenvolvidos na elaboração da Revista. Destaque-se que esse trabalho não é feito apenas pelas editoras, que são professoras da Universidade Federal de Santa Catarina. Esse trabalho é também desenvolvido por professoras da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), pois muitas compõem as diversas editorias; por algumas oriundas da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e, ainda, por pesquisadoras de diferentes lugares do Brasil e do exterior, que gentilmente ajudam emitindo pareceres.

Tentei dividir essas tarefas por etapas da elaboração da Revista, as quais são descritas na seqüência.

1) Seleção do que vai ser publicado: a) leitura inicial por parte das editoras de artigos, dos textos que chegam, e emissão de pareceres preliminares, decidindo o encaminhamento; b) buscar pareceristas que se disponham a colaborar; c) conferir se as pareceristas responderam, aceitaram, enviaram pareceres; d) insistir quando as pareceristas não respondem às mensagens enviadas; e) ler as resenhas enviadas, selecionar as melhores, devolver as rejeitadas e sugerir mudanças; f) acompanhar a organização de dossiês lendo os artigos, propondo mudanças e dialogando com as autoras; g) estimular a realização de entrevistas; h) receber, ler e avaliar as entrevistas; e i) escolher quais artigos irão para o próximo número da Revista.

2) Organização das editorias: a) fazer reuniões de editorias específicas; b) fazer reuniões de todas as editorias; e c) garantir um mínimo de harmonia entre as várias componentes assegurando a rotatividade das tarefas, dos encargos e dos prestígios.

3) Divulgação da Revista: a) levar a *REF* na bagagem quando se vai para algum evento local, nacional ou internacional; b) montar bancas, vender revistas, promover as assinaturas e fazer doações; c) divulgar as assinaturas; e d) montar, a cada ano, um calendário para divulgar a Revista.

4) Elaboração das diversas partes da Revista impressa: a) propor às pessoas que enviem resenhas; b) coordenar a elaboração da seção Debates; c) insistir para que as pessoas que se comprometeram com o envio de artigos o façam dentro do prazo solicitado; d) escrever e normatizar as minibiografias; e) escrever editoriais; f) acompanhar a revisão técnica dos textos contactando autoras que não respondem ao revisor; g) ajudar a encontrar, na internet, as referências bibliográficas que o revisor e a autora não possuem (ou não têm

JOANA MARIA PEDRO

tempo para procurar); h) coordenar a tradução de artigos; i) buscar imagens para as capas; j) conferir os sumários; l) revisar os textos após a diagramação e a primeira impressão; m) discutir, com a gráfica, as reformulações, os preços, a entrega, a qualidade da impressão; e n) levar a Revista até os correios da UFSC.

5) Elaboração da Revista *on-line*: a) escolher os artigos que serão publicados na SciELO, em inglês; b) participar de reuniões na SciELO; c) acompanhar a tradução dos artigos escolhidos; e d) colocar na rede a lista dos artigos escolhidos e esperar pacientemente que alguém das outras editorias se manifeste.

6) Manutenção da Revista: a) pagar os serviços prestados e os fornecedores; b) fazer projetos pedindo recursos; c) escrever solicitações de reconsideração quando enviam poucos recursos; d) fazer relatórios no prazo; e e) insistir para que o CFH e o CCE continuem cobrindo as despesas com a remessa da Revista.

7) Manutenção do prestígio da Revista: a) enviar cartas pedindo reconsideração quando a comissão do Qualis Capes não avalia bem a Revista; b) buscar novos indexadores e manter os já existentes; c) receber as críticas às vezes virulentas que chegam de autoras que tiveram os seus artigos rejeitados pelas pareceristas externas; d) editar os pareceres externos que chegam, evitando, assim, que as autoras recebam pareceres muito duros; e e) administrar as críticas que chegam logo após a publicação da Revista, apontando os erros que ainda são encontrados.

Quando pensamos em militância, muitas vezes nos reportamos a trabalhos voluntários de ajuda, apoio às pessoas ou objetivos a serem alcançados por um grupo, uma classe, um gênero, uma geração. Fazer a *Revista Estudos Feministas* requer, como se pode ver, uma grande quantidade de trabalho voluntário; é possível, então, dizer que este é um trabalho de militância. Um contra-argumento poderia ser o de que as pessoas envolvidas com a editoria de revistas ganham prestígio acadêmico e registros qualificados no Currículo Lattes e, portanto, haveria uma contrapartida em tudo isto. Entretanto, fazer uma revista que é de estudos feministas significa, também, viver no cotidiano acadêmico o desprestígio designado para as pessoas que são consideradas militantes em vista do próprio objeto da Revista.

É óbvio que não é somente a *Revista Estudos Feministas* que exige toda essa carga de trabalho gratuito. Editores de diferentes revistas acadêmicas vivem esse mesmo drama. A maioria dispõe de pouquíssimo – ou nenhum – apoio em recursos humanos, isto quando não fica somente com a pessoa da editoria o encargo de realizar todas as etapas do trabalho, o que leva, muitas vezes, a ter problemas com a periodicidade da revista. Entretanto, em contrapartida, academicamente a pessoa tem o seu trabalho reconhecido pelos pares.

Essa constatação me leva a refletir as vantagens e as desvantagens de participar da editoria da *Revista Estudos Feministas*. A grande desvantagem é a desqualificação constante pelos pares de ser esta uma revista considerada militante; entretanto, é o próprio caráter militante da Revista que permite a existência de expressiva participação da equipe em todo esse trabalho voluntário. Certamente a mesma militância que é responsável pelo desprestígio acadêmico de quem nela trabalha é, também, a sua impulsionadora.

Uma outra característica que tem ajudado a conseguir apoio é a adoção de rodízio nas diferentes editorias da Revista. Não há uma “editora” da Revista que se perpetue neste lugar através dos anos: há coordenações editoriais, há editoras. Não há uma divisão clara – como costuma acontecer em várias editorias – entre as pessoas que apenas desenvolvem tarefas precisas, enquanto outras decidem as políticas e desfrutam do pouco prestígio que a editoria proporciona. Envolver-se em qualquer das tarefas da Revista, pertencer a alguma editoria, significa efetivamente muito trabalho, mas também significa a possibilidade de

participar da tomada de decisões e de vir a ser reconhecida como parte dessa revista, enfim, reconhecer-se nela.

Reconhecidamente, não é fácil administrar os conflitos que uma editoria com esse caráter horizontalizado proporciona. Entretanto, pelo menos por enquanto, as disputas, os embates têm sido menores do que o empenho, o apoio, a solidariedade, o engajamento. Ao final, no equilíbrio entre academia e militância, a *Revista Estudos Feministas* tem conseguido seguir, completando 15 anos de existência.

Referências bibliográficas

- COSTA, Albertina de Oliveira. "Revista Estudos Feministas: primeira fase, locação Rio de Janeiro". *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis: CFH/CCE/UFSC, v. 12, número especial, p. 205-210, 2004.
- COSTA, Ana Alice Alcântara; SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar. "Teoria e práxis feminista na academia. Os núcleos de estudos sobre a mulher nas universidades brasileiras". *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis: CFH/CCE/UFSC, número especial, p. 387-400, 2. sem. 1994.
- GROSSI, Miriam Pillar. "A Revista Estudos Feministas faz 10 anos. Uma breve história do feminismo no Brasil". *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis: CFH/CCE/UFSC, v. 12, p. 211-221, 2004.
- LAVINAS, Lena. "Editorial". *Revista Estudos Feministas*, Rio de Janeiro: CIEC/ECO/UFRJ, n. 0, p. 3-4, 1992.
- MIGUEL, Sônia Malheiros. *Um olhar para dentro: o movimento feminista no Rio de Janeiro*. 1988. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) " Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- PEDRO, Joana Maria. "Feminismo e gênero na universidade: trajetórias e tensões da militância." *História Unisinos*, São Leopoldo/RS, v. 9, n. 3, p. 170-176, 2005.
- _____. "Revista Estudos Feministas: estratégias de institucionalização e produção do conhecimento". In: BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. *Pensando gênero e ciência*. 2006. p. 53-63.
- SAFFIOTI, Heleith Lara Bongiovani. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1979.
- STERBBACH, Nancy S. et al. "Feministas na América Latina: de Bogotá a San Bernardo". *Revista Estudos Feministas*, Rio de Janeiro: CIEC/ECO/UFRJ, v. 2, n. 2, p. 255-295, 1994.

[Recebido em janeiro de 2008
e aceito para publicação em março de 2008]

Feminist Activism and Academy: Continuation and Voluntary Work

Abstract: The continuation of an academic journal in Brazil depends on financial and institutional support in addition to the -sometimes overwhelming- editors' hard work. *Revista Estudos Feministas*, at once an academic and an activist journal, has had the participation of many unpaid collaborators. This article discusses the journal's continuation possibilities, the difficulties it faces when it is identified by many as an activist journal, although it gets voluntary support for the same reason.

Key Words: Activism; Academy; Voluntary Work.